

Notas e informações

O preço da liberdade

A Nação tem de estar atenta ao desenrolar dos acontecimentos. A vigília nacional, até o mês de março, quando o presidente investia contra a Assembléia Nacional Constituinte, os ministros militares se intrometiam em assuntos eminentemente civis e a crise parecia iminente, é que impediu o pior. Até caberia dizer que só foi possível a reversão das expectativas golpistas porque aqueles que formam a opinião pública, inconscientemente, fizeram seu o lema do brigadeiro Eduardo Gomes em 1945: "O preço da liberdade é a eterna vigilância". Mais do que nunca essa atenção é necessária. No horizonte, avolumam-se sinais de tormenta, e tudo leva a crer que o presidente Sarney poderá tornar ainda mais carregadas as nuvens.

Quando a Assembléia Nacional Constituinte concluiu o primeiro turno de votações, não havia evidências de grave desconforto político na sociedade. Pelo contrário, a opinião pública havia assimilado com resignação a votação do mandato de cinco anos e esperava que, aproveitando-se da oportunidade que a história lhe oferecia, o presidente José Sarney fosse capaz de governar. Lentamente, a situação *apodreceu*. Deste e daquele quadrante começaram a erguer-se vozes, proclamando a desconformidade da Constituição com a realidade — coisa que já se sabia desde o instante em que os artigos e parágrafos iam sendo votados. Depois, começaram os cálculos sobre o quanto representaria para o Erário a despesa extra que a Constituição imporia à União. O resultado da operação, até hoje não apresentado de maneira conclusiva, deixa a Nação perplexa: trilhões de cruzados! Ao mesmo tempo que no Planalto se proclama a falência da União, o ministro da Previdência diz que pelo menos em sua pasta esse risco não existe; ao afirmá-lo, o sr. Renato Archer lança suspeita sobre os números levantados pelos ministérios econômicos. Como se isso não bastasse para demonstrar que algo de errado existe, o líder do

PFL, deputado José Lourenço, sustenta teses esdrúxulas, como a de "zerar", a esta altura, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Por sua vez, o procônsul Guimarães, com longa experiência de vida e política, reage como se estivéssemos diante de um golpe de Estado. No pano de fundo, a inflação escapa ao controle, a especulação financeira triunfa, os índices inflacionários de agosto começam a ser anunciados em julho, tem início o processo de descrédito do ministro da Fazenda. Coroando tudo isso, dois deputados lançam a candidatura do ministro do Exército à Presidência da República, e o ministro da Aeronáutica defende o direito de os militares serem presidentes.

Este é o quadro que está armado: contra o pano de fundo de uma inflação galopante, que o Executivo não pode controlar sem cortes profundos na administração pública direta e indireta, alardeia-se com veemência cada vez maior que a futura Constituição inviabilizará o Brasil. Ao longe, como Napoleão salvador do final de mandato do presidente Sarney e do sistema de forças que se montou na Novíssima República, paira a figura tutelar do chefe do Exército.

Assim se fabricaram as crises institucionais no Brasil. Resta saber se aqueles que alimentam a de hoje sabem perfeitamente bem aonde ela nos levará.

Sejamos francos: a futura Constituição abre portas que conduzem a corredores ainda não palmilhados. Fomos dos que sempre alertaram para as dificuldades institucionais que sua vigência poderia criar, especialmente em decorrência da introdução do mandato de injunção, do parágrafo 1º do artigo 5º (as normas garantidoras dos direitos se aplicam mesmo sem a regulamentação deles), e da exigência de juramento imposta ao presidente do Supremo Tribunal Federal. Apontamos, com outros, a mentalidade anacrônica que inspirou o fechamento do mercado brasileiro, dificultou a presença das empresas

multinacionais na economia, nacionalizou o solo e o subsolo, extinguiu os contratos de risco. Protestamos contra o aumento financeiro dos encargos sociais impostos às empresas desta ou daquela forma, inclusive pela redução da jornada de trabalho. Criticamos, enquanto o Executivo se calava, o sistema híbrido de presidencialismo com censura da Câmara dos Deputados aos ministros de Estado. As críticas que fazíamos não se destinavam, vencida a etapa do primeiro turno, a inviabilizar a Constituição. Visavam a mostrar, por candentes que fossem, aquilo que deveria ser suprimido se prevalecesse o bom senso no segundo turno de votação.

Agora, enfileirando todas as críticas e ponderações num único vocábulo — *inviabilidade*! — as forças do retrocesso político desejam "zerar" tudo. O resultado dessa operação *delituosa* (*ex post*, assim ela poderia ser chamada) será criar situação tal que os ministros militares, para manter a ordem, sejam chamados a dar seu parecer constitucional, tendo a solução Leônidas Pires Gonçalves como salvadora. Aliás, enquanto não são chamados a emitir pareceres constitucionais, transmitem os administrativos. Quase em uníssono — o ministro do Exército fecha-se em copas e observa — declaram que o País será inviável se a Constituição for aprovada.

Enquanto se trama não se sabe bem o que em encontros dominicais em Brasília, a inflação explode, as esperanças se desfazem, a sociedade deixa de crer nas instituições e na autoridade que delas emana. Para que se chegasse a essa situação deletéria trabalhou-se muito, desde que o presidente José Sarney demonstrou sua incapacidade para governar. O resultado da obra subversiva começa a refletir-se na desesperança popular. Mais do que nunca, se desejamos construir um país livre, é preciso ter presente o espírito do brigadeiro Eduardo Gomes e fazer de seu lema o nosso mote: *O preço da liberdade é a eterna vigilância!*